



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17642 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 12 - Currículo

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS CURRICULARES DE FORMAÇÃO DOCENTE**  
 Marcelle Tenorio Monteiro Gomes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

### **ORGANISMOS INTERNACIONAIS E DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS CURRICULARES DE FORMAÇÃO DOCENTE**

O campo das políticas educacionais é historicamente atravessado por disputas e debates. Partindo do pressuposto que essas disputas se concentram, principalmente, nas diretrizes curriculares para a formação docente, o presente resumo expandido apresenta parte de uma pesquisa desenvolvida no mestrado em educação, cujo objetivo foi identificar os sentidos de educação e de docência para os organismos internacionais e a influência nas políticas curriculares no Brasil.

Dentre os organismos internacionais em atuação, destaca-se a influência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na área da educação, especificamente na prescrição de diretrizes para políticas educacionais. No final dos anos 80 e início dos anos 90, os organismos internacionais ampliaram suas ações na área da educação, sendo considerado um campo estratégico para influência e difusão de seus interesses na manutenção do sistema capitalista.

Levantamento bibliográfico sobre a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras mostra que tais organismos atuam, principalmente, em três frentes: a) na aplicação e defesa de testes em larga escala, b) nas diretrizes curriculares para a

educação básica e c) nas diretrizes curriculares para a formação de professores.

Os resultados dos testes em larga escala são frequentemente mencionados e demarcados pelos organismos internacionais para justificar a necessidade de alterações nos currículos escolares e nas políticas de formação docente. O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) pode ser considerado o mais evidente vínculo dos organismos às avaliações educacionais. O Pisa é uma iniciativa de avaliação comparada, coordenada pela OCDE desde o ano de 2000. Para Afonso (2014) “os resultados negativos dos estudantes, obtidos na realização das provas do Pisa, têm servido para legitimar determinadas reorientações internas referentes às escolas e ao trabalho dos professores” (Afonso, 2014, p. 492).

Segundo Barriga (2018), o Pisa “constitui fundamentalmente uma estratégia de modelização das aprendizagens, dos estudantes como pessoas, que nega de início as indispensáveis diferenças culturais, além das reais diferenças sociais e econômicas”.

Com relação a atuação da Unesco, Dias e López (2006), ao analisarem as diretrizes para as políticas curriculares de formação docente no Relatório Delors, publicado pela Unesco em 1997, indicam que “percebemos a marcante presença do componente da responsabilização (*accountability*) como modalidade de legitimação social dos sistemas educacionais e de seus agentes, como um mecanismo privilegiado de objetivação da prática docente” (Dias; López, 2006, p. 61).

Essa objetivação da educação e da prática docente, impulsionada pelas diretrizes dos organismos internacionais, reduz o processo de ensino às metas e busca por eficácia, apagando a importância da interação humana e das especificidades inerentes nesse processo.

Ao consolidar um sistema de avaliação da qualidade da educação, a OCDE pauta o sentido de competências, da função social da educação e a concepção de docência. E na leitura e análise do Relatório Delors (1997) identificamos que, para a Unesco, a educação tem como função a coesão social e a preparação para o mundo globalizado, com uma valorização de desenvolvimento de competências e não da aprendizagem, da formação para a cidadania e do desenvolvimento intelectual dos estudantes. É apresentada uma educação e formação voltada para o mercado de trabalho e que não proporciona a análise crítica das desigualdades sociais.

Os sentidos mercantilistas da educação e docência são perceptíveis nos documentos de diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Compreendemos que a promulgação da BNCC em 2017 foi um movimento de reformulação curricular nacional, com busca pelo controle das práticas e dos saberes docentes, que culminou na reformulação da política de formação docente, ao ser promulgada a BNC-Formação, em 2019.

Frangella e Dias (2018) identificam sentidos de docência na BNCC defendidos pelos organismos, como responsabilização dos docentes pelo sucesso ou fracasso das reformas

educacionais, qualidade da educação medida pelo resultado dos estudantes em avaliações externas, currículo com base em competências e uma maior normatividade e regulação pelo governo.

O Parecer CNE 22/2019, que fundamenta a Resolução CNE 02/2019 que promulga a BNC-Formação, cita documentos da OCDE e da Unesco o que corrobora a vinculação às orientações dessas instituições.

Com grande impacto no curso de pedagogia, o caráter mercantilista da BNC-Formação e o vínculo das diretrizes aos organismos internacionais foi amplamente questionado por entidades nacionais em prol da formação de professores. Ainda em 2019, mais de quarenta entidades nacionais assinaram Nota Contra a Descaracterização da Formação de Professores (ANFOPE et al., 2019).

A pesquisa, cujos elementos e resultados são apresentados de forma resumida neste texto, foi concluída no segundo semestre de 2022, portanto não traz os desdobramentos das disputas e resistência à implantação da BNC-Formação, que acabou sendo revogada em 2024, com a Resolução CNE 04/2024. Contudo, a pesquisa pretendeu contribuir para a reflexão e análise da influência dos organismos internacionais nas políticas curriculares de formação de professores, compreendendo que esse é um espaço de disputas e debates que direcionam os rumos da educação básica no país e também vinculado às políticas de avaliação e a processos de centralização curricular.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014.

Anfope, FNPE, Forumdir, Anped, ABdC *et al.* Contra a descaracterização da formação de professores. Nota das entidades nacionais em defesa da Resolução 02/2015. *Formação em Movimento. Revista da ANFOPE*, v.1, n. 2, p. 595-598, jul./dez. 2019.

BARRIGA, A. D. A prova Pisa: idealização, cidadania global, imposição cultural e ausência de impacto pedagógico didático. In: ORTIGÃO, M. I. R. (Org.). *Políticas de avaliação, currículo e qualidade: diálogos sobre o Pisa*. v. 3. Curitiba: CRV, 2018. p. 19-38.

BRASIL. Resolução CNE nº 2/2017, de 22 de dezembro de 2017. *Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: CNE, 2017.

BRASIL. Parecer CNE nº 22/2019, de 7 de novembro de 2019. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação)*. Brasília, DF: CNE, 2019a.

BRASIL. Resolução CNE nº 2, de 20 de dezembro de 2019. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)*. Brasília, DF: CNE, 2019b.

DELORS, J. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, Unesco, 1997.

DIAS, R. E.; LÓPEZ, S. B. Conhecimento, interesse e poder na produção de políticas Curriculares. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 53-66, jul./dez. 2006.

FRANGELLA, R.; DIAS, R. E. Os sentidos de docência na BNCC. Efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. *Educação Unisinos*, p. 7-15, jan./mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Professores são importantes*. Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo: Coedição Moderna: OCDE, 2006.

**Palavras-chave:** Diretrizes curriculares. Formação docente. Organismos internacionais.